

BIS recebe em agosto

GAZETA MERCANTIL

Dívida Externa 18 JUL 1983

por William Salazar
de São Paulo

O Brasil vai pagar o que deve ao Banco para Compensações Internacionais (BIS) quando receber dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que está previsto para o fim de agosto. O BIS divulgou, sexta-feira, um comunicado incomumente prolixo, em que implicitamente concedia um novo prazo, não especificado, para o País resgatar os US\$ 400 milhões da segunda parcela do empréstimo-ponte de US\$ 1,45 bilhão feito no começo do ano.

O Banco Central enviou ao BIS, quinta-feira à noite, o telex comunicando que não podia honrar o compromisso aprazado para o dia seguinte. Na sexta, o BIS anunciou que não intimaria os bancos centrais que o integram e avalizaram o empréstimo feito ao Brasil para integralizar os US\$ 400 milhões que o tomador não pagou no vencimento, já adiado duas vezes.

Mas o ministro da Fazen-

da, Ernane Galvêas, falando na Escola de Guerra Naval, segundo relato do editor Reginaldo Heller, do Rio, disse que os bancos centrais avalistas pagarão ao BIS e depois cobrarão do Brasil. Também anunciou que a segunda parcela da facilidade de crédito ampliado do Fundo, cujo desembolso o FMI suspendeu em fins de maio, deverá ser liberada, no final de agosto. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, por sua vez, afirmou que o BIS prorrogou o empréstimo por quarenta e cinco dias (a nota do BIS não esclarece por quanto tempo a cobrança do dinheiro foi adiada). Uma fonte do BC explicou à editora Célia de Gouvêa Franco, em Brasília, que Delfim se estaria referindo ao dia previsto para a liberação de novos recursos do FMI, 30 de agosto.

Ainda que o BIS tenha sido vago ao permitir que o resgate do débito brasileiro fosse estendido pela terceira vez, sua nota contribuiu para aliviar tensões no

mercado financeiro internacional. O preço do ouro, que subira vertiginosamente em Nova York e em Londres, caiu quando saiu a nota do BIS.

O banco central dos bancos centrais, em seu comunicado, justificou o adiamento dizendo que o Brasil e o Fundo estão na iminência de chegar a um acordo. O FMI, entretanto, informou que "as negociações continuam". Galvêas anunciou que as negociações estão terminando. Uma fonte da Seplan informou à repórter Cláudia Sáfate que, segunda ou, no mais tardar, terça-feira, o acordo com o Fundo será assinado. Sexta de manhã, técnicos brasileiros e a missão do FMI reuniram-se no Palácio do Planalto para esmiuçar os números do déficit público e do crédito líquido interno, que terão de ser obedecidos até o final do ano, como uma forma intermediária de medir o déficit real do governo. Galvêas, Delfim e o presidente do BC, Carlos Langoni, participaram apenas do início dessa reunião. E Galvêas disse na Escola de Guerra Naval que, entre as metas acertadas com o Fundo, constam o crescimento zero do PIB neste ano, taxa de inflação anualizada, em dezembro, de 80%, ou 5% no mês, redução do déficit público de 5,2% do PIB para 2,9%, prevalecendo o conceito de medição defendido pelas autoridades brasileiras, e correção monetária acompanhando o Índice Geral de Preços "ajustado".

Ninguém, contudo, esclareceu se o Fundo desembolsará, em agosto, só a segunda "tranche" da linha de crédito ampliada, ou li-

berará a segunda e a terceira juntas. Pelo acerto original com o Fundo, a segunda parcela deveria ter saído em maio, e a terceira estava programada para agosto — quando também vence a terceira prestação do empréstimo tomado ao BIS.

18 JUL 1983
O comitê de assessoramento bancário do Brasil enviou, quinta-feira, um telex-relatório aos bancos credores informando que o saldo das linhas de crédito comerciais atingiu US\$ 10,1 bilhões até 10 de julho, enquanto as aplicações interbancárias (projeto 4) já chegam a US\$ 6,1 bilhões. A mensagem também informa que o comitê foi inteirado das conversações de sua direção com autoridades e instituições financeiras internacionais.